

## MUDANÇAS À VISTA

# Terreno de marinha: projeto do governo reduz e simplifica taxa

**Há até isenção para alguns casos; projeto foi enviado à Câmara e é considerado um avanço**

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**  
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

Após anos de negociação com várias cidades do país, o governo federal finalmente enviou à Câmara dos Deputados um projeto de lei que reduz, simplifica e até isenta, em alguns casos, a taxa sobre ocupação de terrenos de marinha, assunto que interessa sobretudo a Vitória.

Protocolada na sexta-feira, essa é a primeira iniciativa do governo reconhecendo as distorções da cobrança, o que sinaliza que, politicamente, o projeto tem condições de ganhar celeridade. Ao todo, são propostas 17 mudanças, a começar por abrir mão da taxa sobre benfeitorias, pois o laudêmio passa a ser

cobrado só sobre o valor do terreno. E as medidas estabelecem a alíquota única de 2% de taxa de ocupação para todos os imóveis (veja mais no quadro abaixo).

O esboço da proposta foi apresentado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em audiência pública no Senado, promovida por Ricardo Ferraço (PMDB). Nesta semana, o senador reúne-se com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves.

“Vou pedir prioridade à votação. É um avanço significativo, e não podemos sair emendando de qualquer maneira, senão o governo retira o apoio. O Espírito Santo está liderando esse processo”, frisou.

Apesar de achar a cobrança “absurda”, Ferraço considera o conteúdo da proposta um “ótimo” primeiro passo, que incorpo-



GILDO LOYOLA/ARQUIVO

Toda faixa a 33m do mar, segundo média de marés de 1831, é considerada da União

rou várias reivindicações de um grupo de trabalho capixaba ao longo de 12 meses de debate contra essa carga tributária.

Ontem, ele apresentou, em Vitória, o projeto a lideranças empresariais e representantes de entidades de classe dos setores imobiliário e da construção civil. Um dos possíveis beneficiados, exemplifica, é o Instituto Braille, em Bento Ferreira, alcançado pela cobrança mesmo estando a quase 3km da linha do mar. “A taxa de marinha afeta todos os segmentos sociais. São 40 mil famílias no Espírito Santo e 500 mil no Brasil.”

É considerada terreno de Marinha toda a faixa distante 33m da água do mar, seguindo medidas das médias das marés realizadas em 1831. No período imperial, essas demarcações serviam de zona de defesa contra invasões pela orla.

## PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

### Mudança do critério de cobrança da taxa de ocupação

▼ Hoje, paga-se a taxa de ocupação com base na data de inscrição do imóvel. Imóveis inscritos antes de 1988 pagam 2%; e após 1988, 5%. Famílias que ganham até cinco salários mínimos (ou seja, R\$ 3.390) estão isentas da cobrança

▼ A proposta permite a cobrança de taxa única de 2% para todos os imóveis. A isenção estende-se a empresas enquadradas no Simples, participantes de programas habitacionais públicos, templos religiosos e entidades de interesse social

### Mudança na fórmula do cálculo do laudêmio

▼ Hoje, o laudêmio cobrado na transferência de imóveis é de 5% do valor do terreno e da benfeitoria nele existente. Além de abrir mão da taxa sobre benfeitorias, o projeto diz que o laudêmio passa a ser cobrado somente sobre o

valor do terreno

### Parcelamento dos débitos

▼ Hoje, o débito só pode ser parcelado depois de enviado para a Dívida Ativa da União. A Procuradoria-Geral da Fazenda cobra taxa de 20% sobre o valor do principal por custos processuais (fora multa e juros). A proposta permite o parcelamento de débitos em até 60 meses, diretamente pela SPU, sem o constrangimento de ir parar na Dívida Ativa

### Extinção de dívida de até R\$ 10 mil por pessoa

▼ Para cada devedor, será consolidada toda sua dívida com o Patrimônio da União até 31 de dezembro de 2013. Caso o valor seja inferior a R\$ 10 mil, o devedor terá sua dívida extinta

### Outra isenção

▼ Haverá isenções de cobrança para habitação popular e imóveis de interesse social

## Governo fatura alto com taxas

▄ A iniciativa do governo federal em apresentar propostas de mudança quanto a terreno de marinha é desdobramento da articulação das lideranças junto ao Ministério do Planejamento, a que está vinculada a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Busca-se corrigir uma legislação que data dos tempos imperiais e modificar leis antigas, de 1946.

A União já deixou claro que não se trata de privatizar terrenos. Até porque a SPU teve evolução volumosa de arrecadação: de R\$ 197,3 milhões em 2002 para R\$ 808,6 milhões em 2012.

Há anos, cidades como Vitória pleiteiam a extinção da cobrança, só existente no Brasil. As pressões são para revisar e concluir a demarcação, bem como reduzir as taxações sobre imóveis.

Em alguns municípios, ruas inteiras estão em áreas aterradas: seus ocupantes pagam taxas anuais e, nas vendas, desembolsam laudêmio de 5% sobre o valor do negócio.

## PARA CONHECER O MELHOR DO ESPÍRITO SANTO E SE DIVERTIR VOCÊ PRECISA:

- Visitar os melhores roteiros e destinos turísticos do Estado
- Assistir à apresentações culturais capixabas
- Fazer um tour gastronômico pelo melhor da culinária de cada região
- Consumir os produtos cultivados nas propriedades rurais do Estado
- Visitar uma feira de artesanatos produzidos por artistas locais
- VISITAR A EXPORTUR - QUE TEM TODAS AS OPÇÕES ANTERIORES E MUITO MAIS!

ENTRADA GRATUITA



9º SALÃO DE TURISMO E  
4º SALÃO DO ARTESANATO DO ES  
24 a 26 de maio - Praça do Papa, Vitória-ES

Funcionamento da Expotur: Sexta e sábado, das 11h às 22h, e domingo, das 11h às 20h

Realização:



Apoio Master:



Patrocínio:



Co-patrocínio:



Apoio:



Organização:

